

**Universidade Federal de Minas Gerais**

**Faculdade de Medicina**

**Especialização em Saúde do Adolescente**

Rejane Ferreira dos Reis

**Análise da mortalidade por homicídios de adolescentes residentes no Município de  
Belo Horizonte, no período de 2012 a 2015**

Belo Horizonte

2015

Rejane Ferreira dos Reis

Monografia apresentada ao Programa de Especialização em Saúde do Adolescente da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Saúde do Adolescente.

**Área de Concentração:** Saúde da Criança e do Adolescente

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Cristiane de Freitas Cunha.

Belo Horizonte

2015

Belo Horizonte  
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Reitor:**

Prof. Jaime Arturo Ramírez

**Vice-Reitora:**

Prof<sup>ª</sup>. Sandra Goulart Almeida

Pró-Reitor de Pós-Graduação:

Prof. Rodrigo Antônio de Paiva Duarte

Pró-Reitor de Pesquisa:

Prof<sup>ª</sup>. Adelina Martha dos Reis

**FACULDADE DE MEDICINA**

**Diretor da Faculdade de Medicina:**

Prof. Tarcizo Afonso Nunes

**Vice-Diretor da Faculdade de Medicina:**

Prof. Humberto José Alves

**Coordenador do Centro de Pós-Graduação:**

Prof. Luiz Armando Cunha de Marco

**Chefe do Departamento de Medicina Preventiva e Social:**

Prof. Antônio Tomaz Gonzaga da Matta Machado

**PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE DO ADOLESCENTE**

**Coordenadora:**

Prof<sup>ª</sup>. Cristiane de Freitas Cunha

Belo Horizonte  
Maio/2015



## ATA DA DEFESA DA MONOGRAFIA DA ALUNA REJANE FERREIRA DOS REIS

Realizou-se, no dia 10 de julho de 2015, às 10:00 horas, Faculdade de Medicina, sala 507, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de monografia, intitulada *Análise da mortalidade por homicídios de adolescentes residentes no Município de Belo Horizonte, no período de 2012 à 2015.*, apresentada por REJANE FERREIRA DOS REIS, número de registro 2013669350, graduada no curso de MEDICINA, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em SAÚDE DO ADOLESCENTE, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo - Orientador (UFMG), Prof(a). Márcia Rocha Parizzi (Secretaria Municipal de Saúde), Prof(a). Patricia Regina Guimarães (UFMG).

A Comissão considerou a monografia:

Aprovada, com a nota 100.

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 10 de julho de 2015.

Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo ( Doutora )

Prof(a). Márcia Rocha Parizzi ( Doutora )

Prof(a). Patricia Regina Guimarães ( Doutora )

**Análise da mortalidade por homicídios de adolescentes residentes no Município de Belo Horizonte, no período de 2012 a 2015**

**RESUMO:** Esta monografia analisa o racismo e seus efeitos na sociedade brasileira. Por meio de um percurso histórico sobre a América Latina e o Brasil, proponho uma análise dos principais componentes que constituem tal fenômeno. A descrição da evolução histórica do sistema classificatório racial brasileiro mostra que as mesmas são resultado de opções socialmente construídas. Ao longo dos anos, a raça foi uma construção útil não só para classificar a variação humana, mas também para fundamentar a exploração de grupos considerados inferiores. A construção do conceito raça, a escravidão no país, o ideal do embranquecimento, o mito da democracia racial foram definidores da construção da identidade nacional e das formas de percepção do racismo no Brasil.

**Palavras-Chaves:** Raça. Racismo. Violência. Mito da Democracia Racial. Ideal de Embranquecimento. Estigma

## **RAÇA, COR, ETNIA**

O sistema classificatório racial brasileiro é resultado de opções socialmente construídas. Tais escolhas são reflexo da dinâmica sociocultural da sociedade brasileira.<sup>1</sup> A ideologia dominante, as práticas raciais, a mobilidade social e as respostas estatais a demandas sociais e políticas influenciam nas definições das categorias raciais oficiais e nas formas de coleta de dados referentes a estas categorias.<sup>2</sup>

A classificação racial está presente no Brasil desde o primeiro CENSO realizado em 1872. Desde então, foram várias as modificações ocorridas, incluindo períodos em que o quesito racial não foi pesquisado. Em 1872 a classificação por raças foi definida em quatro opções: branco, preto, pardo e caboclo. A classificação “caboclo” foi direcionada para contabilizar a população indígena do País. No segundo Censo Demográfico, realizado em 1890, o termo mestiço substituiu pardo. Encontraram-se dois critérios na classificação da população no mesmo quesito. Um dos quesitos utilizados foi a cor dos entrevistados, e o outro, reportava-se à ascendência ou origem racial. O termo mestiço foi utilizado para designar a união de pretos e brancos. Caboclo foi o termo que designava os índios e seus descendentes.<sup>3</sup>

Note-se que a mestiçagem foi promovida aqui à condição de categoria, assumindo claramente o sentido atribuído pelo branqueamento, qual seja, o de diluição do sangue negro no cruzamento com os contingentes migratórios, que levaria ao gradual desaparecimento desta população.<sup>3</sup>

As informações sobre cor ou raça não foram coletadas nos Censos de 1900 e 1920. Não foram realizadas operações censitárias no País em 1910 e 1930. A partir do Censo de 1940, utilizaram-se categorias de cor sem referência às raças: branco, preto e amarelo. A categoria amarela foi designada para resolver a imigração japonesa que ocorreu, principalmente, entre 1908 e 1930.<sup>3</sup> Nascimento<sup>1</sup> afirma que a cor converte-se no “suporte para as representações ambíguas que satisfizeram o ideário de nação que visava agregar e não dividir”. É necessário restaurar a marca temporal dos grupos e sua correspondência com os processos sociais, “caso queiramos entender as fronteiras que as pessoas traçam ao estabelecer uma distinção entre grupos a que se referem como “nós” e grupos a que se referem como “eles”.<sup>4</sup>

Os Censos de 1950 e 1960 reincorporaram o grupo pardo à categorização de cor. Foram os primeiros levantamentos que possuíam explicitamente, como orientação nas

suas instruções de preenchimento, o respeito à resposta da pessoa recenseada. Esses Censos fundaram o princípio de autodeclaração. A variável cor foi excluída no Censo de 1970 e, em 1980, retornou a pesquisa. A categoria indígena foi acrescentada no Censo de 1991. Houve modificação da variável entre os Censos de 1991 e 2000. Em 1991, a variável era denominada “raça ou cor”. Em 2000, passou a ser “cor ou raça”. Em 2010, último Censo realizado, utilizou-se as mesmas categorias (branco, preto, pardo, amarelo, indígena). O Censo 2010 indagou a respeito da etnia e língua falada pelos indivíduos identificados como indígenas.<sup>5</sup>

As definições de negro no Brasil ora são feitas por sua marca (aparência), ora por sua origem (raça e/ou etnia). As denominações preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra, ou qualquer outro eufemismo, levam todo mundo a compreender, “é que se trata de um *homem-de-cor*, isto é, aquele assim chamado descendente de africanos escravizados.”<sup>6</sup>

Cor<sup>7</sup> designa que a “[...] cor ou ou conjunto de cores constituem elementos distintivos ou simbólicos de alguma coisa [...]” ou “coloração da pele”. A utilização do termo negro refere-se apenas à cor da pele, esvaziando-se das noções históricas e culturais da origem africana. O uso do termo “afrodescendente” preserva os aspectos históricos e culturais, caracterizando as ligações de identidade entre os descendentes de africanos em todo o mundo.<sup>8</sup>

O termo “etnia”, segundo Houaiss,<sup>7</sup> define “grupo de indivíduos com língua, religião e maneiras de agir comuns”. A substituição da categoria “raça” pela categoria “etnia” inaugura e destaca aspectos culturais e é coerente com a inexistência de “raças” biológicas. A mudança do critério biológico pela temática da “etnia” escamoteou o fundamento da inferioridade racial. “A noção de etnia não consegue substituir a de raça porque os grupos humanos designados pelo termo raça são mais inclusivos, remetendo, em geral, a uma origem geográfica de ascendência.”<sup>8</sup>

Como bem enfatiza Nascimento<sup>8</sup>, “o conceito de “raça” e sua utilidade como categoria de análise científica vem sendo contestados com veemência desde o final da Segunda Guerra Mundial”. Historicamente, a raça foi uma construção útil não só para classificar a variação humana, mas também para fundamentar a exploração de grupos considerados inferiores. As categorias raciais existentes não representam a distinção biológica. As categorias raciais atuais são mais parecidas do que diferentes em termos de características biológicas e genéticas e não há nenhum critério para distinguir inequivocamente diferentes grupos raciais.<sup>9</sup>

Após o holocausto contra os judeus na Europa, criou-se uma concordância sobre a necessidade de afastar as diferenças raciais da compreensão e realidade social e “[...] intitui-se, nas ciências humanas, uma espécie de daltonismo universalista.”<sup>8</sup> Entretanto, o banimento da categoria “raça” não funcionou para a redução dos efeitos segregativos sobre os povos que atinge. A percepção de “raça” abrange circunstâncias históricas e culturais. Os contrastes sociais configuram-se de acordo com as diferenças raciais operativas em muitas sociedades. As práticas discriminatórias incidem sobre indivíduos classificados racialmente e considerados inferiores, embora no sentido biológico ou genético, tal distinção inexista. A recolocação de “etnia” no lugar do termo “raça” perde o sentido e reforça a negação do racismo, uma vez que refutamos a existência das “raças”. A função do “*sortilégio da cor*” é escamotear a ideologia racista, exaltando o critério da cor e etnia, que teria prevalecido sobre o de raça.<sup>8</sup>

Neste trabalho, o termo “raça” foi utilizado como categoria socialmente construída sob padrões que divergem de uma sociedade para outra e de um momento histórico para outro.

Através dos tempos, vimos a religião católica justificar e depois condenar a escravidão e as discriminações. Mas, ao reduzir tudo à noção de dignidade humana, eliminava-se o problema do preconceito. Os cientistas, após muitas reticências, admitiram que o preto era um ser humano; *in vivo e in vitro* o preto tinha-se revelado análogo ao branco; mesma morfologia, mesma histologia. A razão assegurava a vitória em todas as frentes. Eu era readmitido nas assembléias. Mas tive de perder as ilusões.<sup>10</sup>

## **A ORIGEM DO CONCEITO RAÇA**

O conceito de raça, embora controverso, nasce com a história da América, que foi um meio de conferir validade às relações de dominação impostas pela conquista. É provável que sua origem se refira as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, baseada em presumidos diferenciais biológicos entre esses grupos. Essa idéia criou identidades e relações sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços. Anteriormente, os espanhóis, portugueses e europeus, de maneira geral, designaram apenas a procedência geográfica ou o país de origem. A partir da formulação das raças, construíram novas identidades com uma conotação racial. A dominação era a tônica das relações sociais. As identidades constituídas a partir das conotações raciais foram relacionadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correlatos.



A imposição de dominação foi consequência deste padrão. “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.”<sup>11</sup>

A cor e os traços fenotípicos dos colonizados tornaram-se atributo representativo da categoria racial. Os explorados mais relevantes foram os negros, sendo que a economia dependia, principalmente, do trabalho deles. “Os dominantes chamaram a si mesmos de brancos.”<sup>11</sup> A expansão do colonialismo europeu levou à produção do pensamento eurocêntrico com a consequente construção da idéia de raça como naturalização das relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. “Colonizar significa, antes de qualquer coisa, dominar, dominar recursos físicos e humanos, mas também dominar discursivamente, pensar e falar sobre os indivíduos e territórios subjogados, e com isto afirmar o poder colonial.”<sup>12</sup>

As ideias e práticas de relação de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados foram legitimadas historicamente. A situação natural de inferioridade em que foram colocados os povos conquistados e dominados, que encontrou expressão por meio da criação de raças, tornou-se o primeiro critério substancial para a classificação da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade.<sup>11</sup> A idéia de raça levou à criação de novas identidades históricas e foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, instituiu uma organização racial do trabalho. A organização racista do trabalho e dos modos de exploração do capitalismo colonial foi bem sucedida na América. O resultado se expressou numa seletiva associação da “branquitude social” com o salário. A articulação de uma raça particular com cada forma de controle do trabalho construiu uma nova tecnologia de dominação/exploração que pareceu naturalmente associada.<sup>11</sup> “Na América, a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo.”<sup>11</sup> Na América, as formas e controle do trabalho foram associados em torno da estrutura do capital e do mercado mundial.

O capital nasceu por volta dos séculos XI-XII. Tratava-se de uma relação social baseada na mercantilização da força de trabalho, sendo mais antigo que a América. Entretanto, somente com a América pode firmar-se e prevalecer mundialmente, tornando-se o eixo em torno do qual todos os outros contornos foram associados para os fins do mercado mundial. O capital transformou-se, assim, no modo de produção

dominante. Embora o capital tenha existido anteriormente à América, o capitalismo como sistema de relações de produção instalou-se na história apenas com a emergência da América.<sup>11</sup>

A história é, contudo, muito distinta. Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde, todos eles reduzem-se a uma única identidade: *índios*. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucederam com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de *negros*.<sup>11</sup>

O etnocentrismo é um conceito antropológico que difunde a tendência de cada grupo étnico a considerar sua própria cultura e o seu ponto de vista como uma visão de mundo atribuída a toda a humanidade.<sup>8</sup> Do ponto de vista eurocêntrico, por não serem considerados sujeitos racionais, certas raças são sentenciadas como inferiores. Tais fatos os reduzem a domináveis e exploráveis. As teorias elaboradas na segunda metade do século XIX influenciaram na gênese do conceito de raça. O preceito da diversidade humana, anatômica e cultural produzia hierarquias raciais. Essas hierarquias localizavam os europeus civilizados no topo. Os negros e os índios se revezavam na base. Todos os demais ocupavam posições intermediárias.<sup>13</sup> A crença no mito do estado de natureza e da cadeia do processo civilizatório que culmina na civilização europeia reforça que algumas raças como os negros, índios e amarelos estão mais próximas da natureza que os brancos. O eurocentrismo marcou de forma contundente a história da América Latina.

O termo raça foi utilizado para classificar e hierarquizar a população brasileira. “A cor da pele é o elemento preponderante que define as categorias raciais empregadas, mas a hierarquização é subjetivamente ancorada, num sentido civilizatório, na ordem moral.”<sup>13</sup> A classificação das pessoas se realiza em todos os âmbitos. A raça é o mais eficaz instrumento de dominação. A exploração exige como requisito a dominação e serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista. Ao mesmo tempo em que possuímos tantos traços europeus, somos profundamente diferentes: “[...] Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida.”<sup>11</sup>

## UMA NAÇÃO CONSTRUÍDA SOBRE A ESCRAVIDÃO

*“Sentimento de inferioridade? Não,  
sentimento de inexistência.”<sup>10</sup>*

Os africanos trazidos sob correntes, rotulados como subumanos ou inumanos foram trazidos para o Brasil por volta de 1530. Eles existiram como “força de trabalho” desde o início da colonização portuguesa, o que foi decisivo para o começo da história econômica do país. O sistema escravocrata estabelecido usufruiu da fama de ser uma organização humana. Essa impostura colonizadora aspirava à marca da benignidade e licitude civilizadora. Isto deturpou a história dos africanos que foram escravizados e/ ou assassinados pelos colonizadores. “Este tipo de racionalização constitui um modelo da ideologia das classes governantes tentando o impossível: provar a ausência do racismo na sociedade escravista.”<sup>6</sup> A estratificação social apresentada como oposta à estratificação racial não se sustentava como argumento. O fator racial determinou a posição social.

Os escravos africanos foram submetidos aos mais cruéis tratamentos. A mortalidade dos escravos não aparece nas estatísticas falsificadas. A ideia “é que a mentira no exterior habilita o governo a não fazer nada no país e deixar os escravos entregues à sua própria sorte.”<sup>6</sup> Os africanos não foram dóceis ao regime escravocrata. O suicídio, o crime, a fuga, a insurreição e a revolta foram formas de protesto e recusa daquela condição imposta.

“A partir de 1850, quando se tornou claro que a escravidão não perduraria por muito tempo, a imigração passou a desempenhar um papel central nas políticas públicas.”<sup>14</sup>

Nos diagnósticos das elites intelectuais e políticas, não era necessário debater a situação dos indígenas e dos negros. Na visão deste grupo, o futuro de negros e índios era o desaparecimento gradual enquanto grupos raciais e étnicos específicos. “Para

satisfazer aos interesses do projeto de Brasil Nação, a miscigenação foi a saída teórica e prática encontrada.”<sup>11</sup>

## **O IDEAL DE EMBRANQUECIMENTO**

Após 1850, a miscigenação ocupou posição privilegiada no discurso nacionalista brasileiro. “A etnicidade foi de importância crítica para a negociação da identidade brasileira nos últimos 150 anos.”<sup>14</sup>

A miscigenação levaria à formação de uma futura raça histórica brasileira, orientada para o ‘branqueamento’ da população. A proposição eugênica de que uma única ‘raça nacional’ era biologicamente possível fornecia um arcabouço ideológico conveniente para o apoio dado pelas elites nacionais e imigrantes às políticas que visavam promover o ingresso de imigrantes ‘desejáveis’ que viriam a ‘embranquecer’ o país. As políticas influenciadas pela eugenia, a princípio, favoreceram a entrada de trabalhadores alemães, portugueses, espanhóis e italianos, como “braços para a lavoura”.<sup>14</sup>

Nesse sentido, a ocupação do território nacional por meio de políticas de imigração que incentivaram a colonização por imigrantes europeus teve papel preponderante e fez cair a hipocrisia da não discriminação. O sonho das elites do embranquecimento da população apoiou o ingresso dos imigrantes europeus. Tal fato levaria a uma transformação social. “À medida que os colonos se tornassem brasileiros, o Brasil se tornaria europeu.”<sup>14</sup> Tal fato coincidiu com a expectativa dos imigrantes de virem a ser incluídos na categoria desejável. Para a inclusão na raça brasileira, a “brancura” permaneceu como condição importante e as políticas de imigração foram explicitamente preconceituosas. De acordo com a teoria do embranquecimento, o imigrante branco e europeu seria fundamental para a regeneração racial e civilização do trabalhador nacional.<sup>13</sup> Posteriormente, houve modificações na brancura como categoria cultural, após a imigração de sírios, libaneses, japoneses e de seus descendentes.<sup>14</sup> Em 1850, com a promulgação da Lei 601, passou a vigorar uma política mais consistente, “que regulamentou a concessão de terras públicas e tornou mais fácil a expedição de títulos de propriedade para estrangeiros- um ato coincidente com a abolição do tráfico de escravos.”<sup>13</sup>

As políticas de incentivo à imigração de europeus excluíram os trabalhadores livres e ex-escravos do sistema de colonização com pequena propriedade. Não houve qualquer preocupação com o destino da população escrava, nem com os demais

trabalhadores nacionais. “O significado mais imediato de “trabalho livre” é a desqualificação dos negros e mestiços para o trabalho independente.”<sup>13</sup> A depreciação dos negros se fez por padrões morais e pela imaginada incapacidade de produzir em um sistema de livre iniciativa. “[...] Os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. [...] seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta.<sup>10</sup> Os negros estavam destinados ao desaparecimento no contexto de uma civilização não escravista.

O primeiro decreto do governo, após a proclamação da República em 1889, proibia a imigração de asiáticos e africanos. Posteriormente, essa proibição foi estendida a todos que o governo considerasse africanos ou asiáticos. Estavam incluídas nesse grupo pessoas que jamais haviam estado na África ou na Ásia.<sup>14</sup> O branqueamento da raça era idealizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um determinado período, produziria uma população de fenótipo branco. Os imigrantes contribuiriam para o branqueamento da população. O papel do imigrante foi bem definido: colaborar para a formação de um tipo brasileiro. A imigração branca cooperaria para a extinção dos mestiços, negros e índios.<sup>13</sup> “Ao final, a homogeneização da identidade nacional e cultural jamais veio a ocorrer.”<sup>14</sup>

“A miscigenação não eliminou a discriminação, apenas a pluralizou, matizou, modalizou, conforme a presença ou a ausência gradual de características “negras”, mas, principalmente, pela tonalidade da cor da pele [...]”.<sup>15</sup> O negro foi definido como inferior e submisso na ordem social escravocrata. Tomou o branco como modelo de identidade por não possuir outra concepção positiva de si mesmo. O belo e sua contraparte, o feio, são definidos pela autoridade da estética branca. Os brancos ocupam lugares de poder e tomada de decisões.<sup>16</sup> “A definição inferiorizante do negro perdurou mesmo depois da desagregação da sociedade escravocrata e de sua substituição pela sociedade capitalista, regida por uma ordem social competitiva.”<sup>16</sup>

## **O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL**

*“O olho não é apenas espelho, mas espelho retificador. O olho deve nos permitir corrigir os erros culturais.”<sup>10</sup>*

No Brasil, foi instituída uma suposta ideologia de antirracismo que tenta encobrir a realidade de discriminação racial. A permanência dos indivíduos de cor escura na base da pirâmide social estaria reduzida à simples coincidência ou ao vestígio estrutural do sistema escravista. A discriminação social ou de classe seria a responsável por manter, de forma racialmente neutra, o ex-escravizado nos estratos inferiores da estrutura econômica. O mito da democracia racial retrata marcada vinculação na dinâmica da sociedade brasileira: “que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas.”<sup>6</sup> O mito é uma fala, um discurso que pretende esconder o real. Nega a história e produz o ilusório.<sup>16</sup> “Enquanto produto econômico-político-ideológico, o mito é um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação.”<sup>16</sup> Há uma mistura racial harmoniosa. “Não existe preconceito expresso por brancos contra os descendentes africanos: nem culturalmente, nem economicamente, nem socialmente.”<sup>6</sup>

Gilberto Freyre, fundador do chamado lusotropicalismo, afirmou que os portugueses obtiveram triunfo em produzir uma civilização avançada e um paraíso racial na África e na América, que foram terras por eles colonizadas.<sup>6</sup> “A pretendida democracia racial realmente é uma ficção ideológica”<sup>6</sup>, e foi utilizada como ferramenta para proteger o institucional, num jogo que reduz a imagem do racismo ao âmbito do privado. “Uma democracia cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituíram detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco.”<sup>6</sup> “A expressão “democracia racial” é uma *contradictio in adjecto*, isto é, uma contradição nos termos, pois só há democracia sob a condição de não ser “racial”.<sup>15</sup>

Como uma alternativa de dominação e de negação do racismo nos meios institucionais, a democracia racial mantinha intactas as assimetrias raciais. Isso impediu a enunciação do racismo. O projeto da democracia racial tem sido obstáculo na recuperação da trajetória histórica do povo negro. A democracia racial demarcou esferas da vida “conferindo à brancura todas as benesses do bem estar, do sucesso, da idéia tão viva de um talento nato para a condução dos destinos do país.”<sup>17</sup> As assimetrias raciais constituídas não poderiam se manter “sem o emprego de mecanismos institucionais que fossem capazes de, ostensivamente, privilegiar um segmento em detrimento do outro.”<sup>17</sup>

## O RACISMO

*“Nunca se esqueça de que estivemos escravizados neste país por mais tempo do que temos sido livres.”<sup>18</sup>*

“Com efeito, desde seu início, na Antiguidade, o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no *fenótipo*, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia.”<sup>19</sup>

Ao transformar o africano em escravo, a sociedade escravista definiu os padrões de interação com o branco. Traçou o lugar do negro e também a maneira de tratá-lo. Estabeleceu a correlação entre cor negra e posição social inferior.<sup>16</sup> A desigualdade racial, herança da sociedade escravocrata, colocava o negro a reboque das populações nacionais. Dessa forma, era preservado e reforçado o preconceito de cor. Tal discriminação funcionava como mantenedora da hegemonia branca nas relações interraciais.<sup>16</sup> O racismo é um fenômeno complexo caracterizado por diferentes manifestações a cada tempo e lugar. Transmite e reproduz o processo de desumanização dos povos dominados. Instala-se mediante o processo de socialização e não precisa ser evidenciado em linguagem direta. Opera desigualdades sociais e cumpre funções mais amplas de dominação como ideologia de hegemonia ocidental.<sup>8</sup> “O racismo, como o sexismo, funcionou como uma ideologia que cria e delimita expectativas.”<sup>17</sup> O que há de mais ideológico nele são os interesses de poder a que ele serve e os efeitos políticos que gera.<sup>15</sup> A sociedade está submetida à programação social e ideológica do racismo, o que leva as pessoas a reproduzirem atitudes racistas. O racismo justifica o tratamento desigual.

O termo racismo designa as doutrinas que afirmaram a desigualdade das raças humanas, partindo do pressuposto de que a cultura é biologicamente determinada. A ideia de raça construída sobre hierarquias, denotando desigualdade, dominou o pensamento social em muitos lugares, inclusive no Brasil. Foi respaldada, em parte, pela ciência, principalmente pela Antropologia física, empenhada em classificar a humanidade em tipos naturais, arbitrando certas características fenotípicas por suas frequências em diferentes grupos humanos, mas, igualmente, por alguns estudiosos do campo das ciências sociais e humanas, que usaram e abusaram da metáfora darwinista da ‘sobrevivência dos mais aptos’ e que inventaram a Eugenia para sugerir políticas que, entre outras coisas, implicavam limpeza étnica.<sup>13</sup>

O darwinismo social afirmava que “o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) - no caso os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social.”<sup>13</sup>

Os destruidores são apenas homens que fazem cumprir os caprichos de nosso país, interpretando corretamente sua herança e seu legado. É difícil encarar isso. Mas toda a nossa fraseologia- relações raciais, abismo inter-racial, justiça racial, perfilação racial, privilégios dos brancos, até mesmo supremacia dos brancos- serve para obscurecer o fato de que o racismo é uma experiência visceral, que desaloja cérebros, bloqueia linhas aéreas, esgarça músculos, extrai órgãos, fratura ossos, quebra dentes. Você não pode deixar de olhar para isso, jamais.<sup>18</sup>

Nascimento<sup>8</sup> desenvolve o conceito de “*sortilégio da cor*” baseado na “desracialização ideológica”, presente nas análises científicas que esvazia do “[...] conteúdo racial hierarquias baseadas no supremacismo branco”. O supremacismo branco deriva da “configuração histórica de imposição de hegemonia de um povo sobre outros”.<sup>8</sup> A omissão da palavra “raça” favorece o predomínio e a uniformização do “racismo simbólico”. No âmago do racismo, está a negação da humanidade do negro. O racismo, além de concretizar desigualdades sociais, propaga e estampa o processo de desumanização dos povos dominados.<sup>8</sup>

Reforçada pelo poder da mídia e das instituições de educação e cultura, a representação do africano como não produtor de conhecimento, tecnologia ou civilização, e portador apenas de “culturas étnicas” da ordem do *sub* (por exemplo, samba, futebol e culinária), leva à limitação dessa participação do afrodescendente.<sup>8</sup>

“O movimento negro foi, durante o século XX, o grande responsável por uma lenta e gradual conscientização, dentro e fora do país, da existência do racismo no Brasil”.<sup>8</sup> Silva e Dara<sup>20</sup> enfatizam a importância dos movimentos de resistência excluídos, em sua maioria, dos meios intelectuais brasileiros.

Inclusive aquele hegemônico pela esquerda mais ou menos marxista, de cujas páginas as histórias do povo negro, indígena e periférico passa em branco. [...] de currículos que lattes-mas-não-mordem insiste em fingir que o problema não é com ela- e talvez não seja mesmo [...].<sup>20</sup>

## **O RACISMO CORDIAL**



“*Eu sempre recomeçava um jogo previamente perdido*”.<sup>10</sup>

A construção de políticas nacional-populistas, estabelecidas no Brasil a partir da Revolução de 1930, permitiu a inclusão do “negro” e outros grupos populares à arena política. Não havia, nessas políticas sociais, nenhum caráter compensatório ou redistributivo. Sales<sup>15</sup>denominou de “cordialidade racial” as práticas sociais cotidianas de tolerância com reservas que reduziram o nível de tensão racial. “As relações cordiais são fruto de regras de sociabilidade que estabelecem uma *reciprocidade assimétrica* que, uma vez rompida, justifica a “suspensão” do trato amistoso e a adoção de práticas violentas.”<sup>15</sup> A manutenção de um racismo institucional não oficial foi, em parte, consequência da associação entre cordialidade, clientelismo e patrimonialismo.

A articulação de cordialidade, clientelismo e patrimonialismo configuram o que denominamos de “complexo de Tia Anastácia”, no qual a pessoa negra aparece “*como se fosse da família*” ou como sendo “*quase da família*”. A proximidade social quase nunca transpõe o limite do “como se” ou do “quase”. No “complexo de Tia Anastácia”, mesmo as contiguidades são instâncias. Esse complexo foi instaurado pelo que denominamos *integração subordinada*, que define as formas hegemônicas em que se apresenta a discriminação racial: o estereótipo racial e o não-dito racista.<sup>15</sup>

A cordialidade promove a manutenção da “democracia racial” e faz com que a discriminação social não seja atribuída à raça. A partir de um pacto de silêncio e do não-dito racista, desmobiliza e torna sem valor as lutas libertárias caracterizadas como “conflitos raciais”. O não-dito se apresenta nas piadas, nos trocadilhos, provérbios, ironias, nos eufemismos e na injúria racial.

O carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro – tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral. Ficaríamos surpresos se nos déssemos ao trabalho de reunir um grande número de expressões que fazem do negro o pecado.<sup>10</sup>

Esta é a marca do “racismo espirituoso” que difunde códigos sociais. Essa formação discursiva configura um cenário em que não se encontra um discurso racista nítido. O propósito discriminador é camuflado.<sup>15</sup> Essa mesma cordialidade reduz as relações de poder a relações privadas e produz um “[...] princípio de rarefação do racismo” que se efetiva por meio de procedimentos de otimização das práticas de hierarquização racial com um mínimo de atos diretos de discriminação racial.”<sup>15</sup>

Somente as distribuições estatísticas das desigualdades serão observadas. Entretanto, há uma penumbra entre os indicadores sociais estatísticos e as práticas reconhecidas como racistas. O recurso à discriminação aparece muito reduzido, o que dificulta a caracterização de alguém ou de sua ação como racista. No racismo cordial, a cor dos indivíduos não aparece como fator relevante da discriminação e institui-se um pacto de silêncio entre discriminador e discriminado, constituinte da cordialidade. A estigmatização como microtécnica política do corpo marca as relações raciais no Brasil. Na semiótica racista, o “corpo negro” é o próprio lugar da subordinação ou da exclusão.<sup>16</sup> A dor da estigmatização racial nem sempre é corpórea, mas “repercute no corpo, mutilando-o, esfolando-o, fragmentando-o, codificando-o, semiotizando-o, não apenas simbolicamente ou imaginariamente.”<sup>15</sup>

A ideologia racista, com “bastante frequência, parece ser uma miscelânea de refrões ou provérbios impessoais, desprovidos de tema; no entanto, esses chavões batidos estão profundamente entrelaçados com as raízes de identidade pessoal que nos impele, de tempos em tempos, ao assassinato ou à tortura.”<sup>15</sup>

A inferiorização do negro faz com que o corpo negro seja estigmatizado. O termo estigma aqui utilizado, de acordo com Goffman<sup>21</sup>, se referencia a um atributo depreciativo e denota descrédito, defeito, fraqueza. Enfim, uma desvantagem. “[...] A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias.”<sup>21</sup> Os padrões ditados pela sociedade e incorporados pelo negro o levam a consentir que “ele ficou abaixo do que realmente deveria ser.”<sup>21</sup>

É impossível crescer num mundo que despreza pessoas que têm a sua aparência e não sucumbir secretamente à insegurança, de vez em quando. A coisa vai comendo você devagar, pelas bordas, com uma vergonha corrosiva, muito difícil de eliminar, pois não é expresso, o que se aplicava em particular a alguém como eu, tão empenhado em ser considerado cool e por cima da carne seca.<sup>22</sup>

Os símbolos do estigma podem transmitir informação social à revelia da vontade da pessoa estigmatizada. “Os valores de identidade gerais de uma sociedade podem não estar firmemente estabelecidos em lugar algum, e ainda assim podem projetar algo sobre os encontros que se produzem em todo lugar na vida cotidiana.”<sup>21</sup> A estereotipia ou o perfil de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter são desdobramentos da utilização do estigma. A exigência de um comportamento que negue o peso do estigma é requisitada ao indivíduo. Pede-se, ao mesmo tempo, que o

estigmatizado se mantenha em uma distância tal que possamos confirmar que ele não é diferente dos demais. “Assim, permite-se que uma *aceitação-fantasma* forneça a base para uma *normalidade-fantasma*.<sup>21</sup> O estigma é uma demarcação corporal de uma relação social de desigualdade. Afeta o corpo com marcas mais sociais do que corporais, mas que repercutem nele como estigmas. O corpo negro torna-se mais sujeito e identificado ao caráter inanimado resultante dos processos de dominação/hierarquização.

O racismo funciona como norma que atribui reconhecimento de forma diferenciada. “Assim, há sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há vidas que dificilmente – ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidos como vidas”.<sup>23</sup> Nem todo mundo conta como sujeito na vida política contemporânea.

Torna-se necessário enfrentar e tratar as políticas que geram resultados institucionais racistas. Os eventos não podem ser tratados de maneira figurativos, como mal entendidos isolados. O sistema que os concebe continua intacto.<sup>22</sup>

Apresentar o discurso racial enunciando as relações raciais foi um dos propósitos deste capítulo. Reconhecer a ideia de raça e desenvolver uma reflexão sobre o racismo e suas consequências na vida das pessoas requer ousadia e uma ruptura com o mito da “democracia racial” que paira sobre nossa sociedade. A suposta ausência de conflitos raciais não significa a ausência de racismo, mas, ao contrário, pode significar a estabilidade de um regime racista.<sup>15</sup>

## REFERÊNCIAS

- 1- Nascimento AS. Classificação oficial e extra-oficial: raça e cor em debate. Perspectivas. Rev de Ciências Sociais. São Paulo: Universidade Estadual Paulista - Unesp, v. 29, p. 133-148, jan./jun. 2006. [acesso em jun 2011]. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/35>.
- 2- Dos Anjos G. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. Indicadores Econômicos FEE. 2013;(1).
- 3- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE; 2011.
- 4- Elias N. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar; 2000.

- 5- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. [acesso em fev 2017]. Disponível em [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).
- 6- Do Nascimento A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Paz e Terra; 1978.
- 7- Houaiss A, Villar M de S, Franco FM de M. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2009.
- 8- Nascimento EL. O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro; 2003.
- 9- Williams D. The monitoring of racial/ethnic status in the USA: data quality issues. Ann Arbor: Ethn Health; 1999.
- 10- Fanon F, Da Silveira R. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Scielo-EDUFBA; 2008.
- 11- Quijano A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander E (ORG). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO; 2005.
- 12- Thomaz OR. Do saber colonial ao luso-tropicalismo: "raça" e "nação" nas primeiras décadas do Salazarismo. In Maio MC e Santos RV (Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB; 1996.
- 13- Maio MC, Santos RV. Raça, ciência e sociedade. In Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 1996.
- 14- Lesser J. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Unesp; 2001.
- 15- Sales JRR. Democracia racial: o não-dito racista. Tempo Social Revista de sociologia da USP. São Paulo; 2006;18(2).
- 16- Souza NS. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1983.
- 17- Flauzina ALP. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília. Brasília; 2006.
- 18- Coates T-N. Entre o Mundo e Eu. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; 2015.
- 19- Moore CW. O racismo através da história: da antiguidade à modernidade. São Paulo: UNESP; 2007.
- 20- Silva DM da; Dara D. Mães e familiares de vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial. In Kucinski, Bernardo et al. Bala perdida:

a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo Editorial; 2015.

- 21- Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda; 1988.
- 22- Hart C. Um preço muito alto. Rio de Janeiro: Zahar; 2014.
- 23- Butler J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2015.